



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681165 - PA (2021/0225072-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : AFONSO JOFREI MACEDO FERRO  
**ADVOGADO** : AFONSO JOFREI MACEDO FERRO - PA027867B  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
**PACIENTE** : ODILENO BARBOSA DE SOUZA  
**CORRÉU** : LUIZ CARLOS BELTRAO PAMPLONA  
**CORRÉU** : MARCELO JOSE BELTRAO PAMPLONA  
**CORRÉU** : WALDIR DOS SANTOS SACRAMENTO  
**CORRÉU** : JOSE ADRIANO DOS SANTOS TRINDADE  
**CORRÉU** : JOSENILDO DOS SANTOS TRINDADE  
**CORRÉU** : TANYSON MONTEIRO LEAL  
**CORRÉU** : ALBERT LUIS NOBRE DE JESUS  
**CORRÉU** : ALEX PEREIRA COSTA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ODILENO BARBOSA DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (Processo n. 00043870520168140011).

O paciente foi condenado, como incurso nos arts. 32, § 2º da Lei de Crimes Ambientais c/c arts. 29 e 71 do CP, à pena de 1 ano e 10 meses de detenção em regime semiaberto.

O impetrante sustenta que a sentença, ratificada em segundo grau, não observou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do critério para aplicação das circunstâncias judiciais negativas apuradas em juízo. Alega que o Juízo não seguiu o entendimento pacificado quanto à aplicação de 1/6 para circunstâncias negativas, para não reconhecer a prescrição.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para suspender a execução da pena até o julgamento do mérito do *writ*. No mérito, pugna pela retificação da dosimetria da pena, com a respectiva determinação para retificação da guia de recolhimento definitiva, e a declaração da prescrição retroativa, nos termos do art. 110, § 1º, do CP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente